



GT 6: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

HUMANISMO CÍVICO: UM ENSAIO SOBRE O REPUBLICANISMO DE POCOCK

Ana Maria Bourguignon (UEPG); E-mail: anamariabourg@gmail.com

TEMÁTICA: CONCEPÇÕES HISTÓRICAS, FILOSÓFICAS, JURÍDICAS E POLÍTICAS REFERENTES AOS DIREITOS HUMANOS

RESUMO: Trata-se de abordagem exploratória sobre o “humanismo cívico”, seu significado, características e sua relação com a tradição republicana da história das ideias políticas. O objetivo é compreender o debate historiográfico acerca do “humanismo cívico” no renascimento florentino. Para tanto, revisamos os textos de Pocock (1975; 2003), historiador e defensor do republicanismo em uma perspectiva neo-ateniense, e Silva (2008; 2010a; 2010b), cientista político estudioso da tradição republicana e da “escola de Cambridge”, a fim de contextualizar o debate e conhecer as críticas ao historiador inglês.

Palavras-chave: Humanismo Cívico; Republicanismo; J. G. A. Pocock; História das Ideias Políticas.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo compreender o que é o “humanismo cívico” e qual a relação entre este conceito e a tradição republicana. A ideia adveio a partir da revisão do texto de Ricardo Silva (2008), no qual o autor procura elucidar as diferenças entre os pensadores da denominada “escola de Cambridge”, entre eles John Pocock e Quentin Skinner. O cientista político afirma que o republicanismo de Skinner distancia-se das proposições de Pocock, uma vez que este defende ideais republicanos mais condizentes com a tradição aristotélica, em que a participação política é um valor fundamental para garantia de liberdade. Ao passo que Skinner considera a participação um meio não exclusivo para se assegurar a liberdade.

No decorrer desse exercício, clarificou-se a existência de um debate dentro da tradição republicana, que tem como tema o renascimento das ideias republicanas em Florença do século XV. A disputa conceitual envolve a questão: se o republicanismo florentino derivou do pensamento aristotélico ou da experiência republicana vivenciada em Roma antiga por influência de Cícero. A corrente republicana denominada neo-ateniense, da qual Pocock faz parte, considera o republicanismo originário de uma longa tradição que se inicia em Atenas, com o ideal aristotélico de *vita activa*; passando pela república romana até chegar a Florença, onde estudiosos teriam projetado os ideais republicanos para seu contexto, enaltecendo valores de cidadania ativa – *vivere civile*. Já a corrente neo-romana, em que um dos expoentes é Skinner, advoga que o renascimento dos princípios republicanos em Florença sofreu influências da antiga república romana, a qual teria se desenvolvido independente das concepções gregas. A primeira



corrente percebe o republicanismo renascentista como um capítulo da tradição do “humanismo cívico”, enquanto a segunda designa tal evento histórico de “republicanismo clássico”.

A síntese acima responde ao problema colocado para este trabalho: qual a relação do humanismo cívico com o republicanismo? O caminho foi percorrido mediante revisão de literatura, com enfoque na perspectiva de Pocock, e sabendo de antemão que o exercício não esgota toda a literatura pertinente, mas que serve como ponto de partida para estudos posteriores.

2. O HUMANISMO CÍVICO DE JOHN POCOCK

De acordo com Silva (2010b), o contextualismo linguístico surge como modalidade histórica de estudo da Filosofia Política no bojo da “virada linguística”, promovida na filosofia e nos estudos de lógica por autores como Wittgenstein e Austin; e com influências da filosofia compreensiva da história de Collingwood. Esses autores influenciaram os estudos metodológicos de Pocock, Dunn e Skinner, entre os quais o último ocupa um lugar de destaque por ter formalizado a metodologia contextualista e investido contra as abordagens concorrentes. O contextualismo linguístico consiste na reconstrução da possibilidade de fala dos agentes estudados, preocupando-se com o sentido das palavras e conceitos utilizados na época, o auditório para quem o texto era produzido e o léxico disponível no contexto histórico, de classe e de grupo a qual esses agentes pertenciam. A utilização desse método vai de encontro às histórias filosóficas da política empreendidas até então, que- ao não considerar os atos de fala dos autores, o texto e o contexto- exerciam um anacronismo sobre os documentos do passado.

Pocock, conforme Araújo (2003, p. 9), é professor de história das ideias políticas e seu interesse de pesquisa está na “[...] análise e reconstrução do discurso político produzido pelos atores históricos, direta ou indiretamente engajados na ação política de seu tempo”. A opção pelo estudo dos textos desse historiador justifica-se porque a literatura especializada o considera um ator clássico da história das ideias políticas no que tange ao tema do “humanismo cívico”.

Já em seu aclamado *The Machiavellian Moment*, Pocock serviu-se do estudo dos discursos políticos produzidos na Itália renascentista e na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII para juntar os fios de uma longa tradição do pensamento político – o chamado “Humanismo Cívico”, uma versão renascentista do pensamento republicano nascido na Antiguidade Clássica – e traçar suas diversas mutações até o raiar da Independência Americana (ARAÚJO, 2003, p. 9).

O “humanismo cívico”, de acordo com a Enciclopédia de Filosofia de Stanford, é considerado um equivalente ou uma variante particular do republicanismo, “[...] indicativa de cidadania ativa, participativa, patriótica, bem como de um ideal ético e educacional”¹ (MOULAKIS, 2011). A república é, para esta tradição, o espaço apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas, um meio para a

¹ Todos os trechos foram traduzidos livremente, os originais seguem em nota de rodapé: “[...] indicating active, participatory, patriotic citizenship as well as the ethos and educational ideal that goes with it.”



realização pessoal. De modo que a responsabilidade pelos negócios públicos deve ser partilhada pelos cidadãos, os quais devem ser capacitados e formados para desempenhar suas funções públicas com virtude cívica. Ou seja, no molde cívico humanista, a república requer “[...] a participação ativa dos cidadãos unidos por uma preocupação com o bem comum”² (MOULAKIS, 2011).

Interessante notar o caráter historiográfico da expressão “humanismo cívico”, usada por historiadores para narrar acontecimentos do passado, cujo significado ganhou novos contornos no decorrer do tempo.

O conceito foi primeiro utilizado para caracterizar um conjunto de fenômenos históricos da Florença Renascentista. Então, estendeu-se para marcar uma tradição republicana ou linguagem política que remonta à antiguidade clássica. E finalmente veio a indicar um ideal político oposto à visão política liberal clássica e a autoritária³ (MOULAKIS, 2011).

O conceito foi utilizado pelo historiador Hans Baron em seu livro *“The Crisis of the Early Italian Renaissance”*. A tradução da obra para o inglês, sua ampla circulação e a discussão que provocou entre os historiadores influenciou a “escola contextualista” de história das ideias (MOULAKIS, 2011). Pocock (1975, p. 58) salienta que o “humanismo cívico” “[...] tornou-se inseparavelmente anexo à tese de Baron, e estudiosos que pretendam contestá-lo devem estar dispostos a desafiar também a utilidade do termo ou a importância dos fenômenos que denota”⁴. Pocock (1975, p. 57) assevera que a obra de Baron recebeu muitas críticas, principalmente em relação à cronologia e às motivações das transformações ocorridas em Florença, que teriam levado a cidade a sair do período medieval para os primórdios da modernidade. Ele explica que as críticas dirigidas à obra de Baron são naturais, uma vez que “[...] é direito e próprio que eles [os historiadores] queiram saber se uma mudança ideológica maior surgiu no momento e pelas razões descritas por Baron”.

O historiador inglês conta que Hans Baron defende a tese de que o humanismo florentino originou-se de uma profunda crise de patriotismo sofrida pelos cidadãos por volta de 1400. Neste momento, grande parte da Itália estava sob o jugo do poderoso Giangaleazzo Visconti, que conseguiu formar um estado monárquico permanente nas regiões norte e central, estendendo-se rapidamente para a Toscana; ao mesmo tempo em que uma crise diplomática e militar separava Veneza e Florença. Nesse contexto, “[...] Baron argumenta que os florentinos sentiram-se dramaticamente e traumáticamente isolados, enquanto ficaram diante de seus próprios olhos como os últimos bastiões da liberdade republicana na Itália e no mundo conhecido” (POCOCK, 1975, p. 55). Sintetizando,

² “[...] the republic requires widespread civic virtue, ie, the active participation of citizens united by a concern for the common good.”

³ “The concept was first used to characterize a cluster of historical phenomena of Renaissance Florence. It was then extended to mark a republican tradition or political language reaching back to classical antiquity. It finally came to indicate a political ideal opposed to both classical liberal and authoritarian views of politics.”

⁴ “The term ‘civic humanism’ has become inseparably attached to Baron’s thesis, and scholars who wish to challenge the latter are disposed to challenge also either the utility of the term or the importance of the phenomena it denotes.”



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22 a 24 de novembro de 2017

O humanismo cívico é situado no centro da cultura que passa a se expandir desde o século XIV, intensificando-se e ganhando contornos mais nítidos quando se inicia, principalmente em Florença, a luta contra a expansão de principados tirânicos. Sendo o palco do ressurgimento de um conjunto de valores clássicos associados ao republicanismo, a Florença da virada do século XIV para o século XV viu surgir uma nova vaga de interesse em clássicos como Aristóteles e, principalmente, Cícero, cuja influência no movimento intelectual do renascimento é enfatizada por Baron. O principal legado desses clássicos da antiguidade para os humanistas do renascimento italiano teria sido a lição de que a plena realização da humanidade dos indivíduos só seria possível mediante a participação desses indivíduos – *qua* cidadãos – nos assuntos públicos (SILVA, 2010, p. 40).

O livro de Baron, publicado primeiramente em 1955, com segunda edição em 1966, é considerado um clássico da história das ideias políticas, sobretudo para os estudiosos do humanismo cívico. Razão pela qual Pocock (1975, p. 57) procura demarcar seu propósito em relação à tese de Baron, frisando que não tem a pretensão de saber tudo o que aconteceu nem se as mudanças no pensamento florentino decorreram da crise descrita por Baron, ele afirma:

O presente estudo [*The Machiavellian Moment*] foi concebido de tal forma que estamos preocupados com a identificação de certos vocabulários conceituais que estavam disponíveis para falar sobre os sistemas políticos considerados em sua particularidade, com a exploração de suas limitações e implicações, e considerando como esses operaram, e com o exame dos processos pelos quais estes sistemas conceituais, seus usos e implicações, mudaram ao longo do tempo⁵.

Continuando sua explanação, Pocock (1975, p. 58) assinala dois ataques à tese de Baron: “[...] primeiro, que a preocupação dos humanistas com a *vita activa* não decorre significativamente de suas *crises de consciência* como cidadãos republicanos, segundo, que o cidadão da comuna Italiana não precisava da linguagem dos humanistas para articular sua consciência cívica”⁶. De modo que a expressão “humanismo cívico”, na obra de Pocock (1975, p.58), é utilizada para “[...] denotar certa formulação de consciência republicana e seus problemas”.

Na perspectiva do autor, a peculiaridade desse momento é que os Florentinos do primeiro quarto do século XVI, particularmente Maquiavel, tiveram que pensar o problema da existência da república em um contexto dominado pelo cristianismo, em que a possibilidade de um projeto secular era reduzida. Esse desafio caracterizou as ideias de humanistas cívicos renascentistas, as quais continuaram a influenciar a história do pensamento político ocidental.

⁵ “The present study has been so designed that we are concerned with identifying certain conceptual vocabularies which were available for talking about political systems considered in their particularity, with exploring their limitations and implications and considering how these operated, and with examining the processes by which these conceptual systems, their uses and implications, changed over time.”

⁶ “[...] first, that humanists’ concern with the *vita activa* did not significantly arise from their crisis of conscience as republican citizens; second, that the citizen of Italian commune did not need the language of the humanists in order to articulate his civic consciousness”.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22 a 24 de novembro de 2017

Eu aqui presumo que o renascimento do ideal republicano pelos humanistas cívicos pôs o problema de uma sociedade, na qual a natureza política dos homens tal como descrita por Aristóteles foi receber sua realização, buscando existir em um quadro de um tempo-esquema cristão que negou a possibilidade de qualquer cumprimento secular⁷ (POCOCK, 1975, p. VII).

Relevada as diferenças entre Baron e Pocock, ambos atentam para o fato de que o Renascimento em Florença é um evento importante para a história das ideias políticas, pois os estudiosos da época, dos quais Maquiavel, preocupavam-se em pensar a construção de uma sociedade baseada em pressupostos seculares, com a possibilidade de um governo autônomo frente à hegemonia cristã. Sobre a noção de secularização do político na Florença Renascentista, “O duplo significado de palavras tais como ‘temporal’ e ‘secular’ neste momento começam a aparecer em sua verdadeira importância: ambas conotam a ideia de tempo (*tempus, saeculum*) e de não-sagrado porque não-eterno”⁸ (POCOCK, 1975, p. 8).

Diante do quadro complexo que se desenha para os pensadores florentinos, o termo “humanismo cívico” vem categorizar as diferentes estratégias de enfrentamento e de constituição de uma autonomia republicana. A forma de agenciamento dos conceitos gregos e romanos desse contexto influencia parte significativa da discussão e das lutas por liberdade e constituição da república nos séculos seguintes. Compreender esse quadro em um arcabouço categorial passa a ser não só estratégia científica do exercício historiográfico, como também motivador de projetos políticos contemporâneos a autores como Pocock.

Esse quadro complexo denominado “humanismo cívico” ou “republicanismo clássico” tem destaque na historiografia contemporânea. Mas, embora o termo “humanismo” seja alvo de objeções, Pocock (2003, p. 85) é contundente ao dizer que “[...] a afirmação de ‘republicanismo clássico’ tem algo de humanista em si mesma. Ela implica a afirmação de que o *homo* é naturalmente um cidadão e mais plenamente ele mesmo, quando vive em um *vivere civile* [...]”. Tal citação pode ser contraposta a outra corrente da tradição republicana e do contextualismo linguístico que denomina tal quadro complexo de “republicanismo clássico”, implicando, por isso, outros sentidos tanto para a abordagem historiográfica, quanto para o republicanismo. Voltemos a Pocock antes de avançar no contraponto de sua tese.

Em outro trecho do livro, ao tratar sobre a preferência dos pensadores de Florença pela *vita activa* (um modo de viver dedicado à atividade social) a *vita contemplativa* (modo de vida dedicado ao puro conhecimento), Pocock (1975, p. 56) afirma: “Mas, posteriormente, no pensamento florentino há muita coisa em favor de um *vita activa* que é especificamente um *vivere civile*- um modo de vida dedicado a preocupações cívicas e a atividades de cidadania (em última análise, política)

⁷ “I here presume that the revival of the republican ideal by civic humanists posed the problem of a society, in which the political nature of man as described by Aristotle was to receive its fulfillment, seeking to exist in the framework of a Christian time-scheme which denied the possibility of any secular fulfillment”.

⁸ “The dual meaning of words such as ‘temporal’ and ‘secular’ is at this point beginning to appear in its true importance: both connote the idea of time (*tempus, saeculum*) and the non sacred because non eternal.”



[...]”⁹. *Vita activa* é um termo grego e, como explica Arendt (2011, p. 221; 226), demonstra que ação e discurso estão intimamente relacionados, visto que “Agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar (como indicava a palavra grega *archein*, “começar”, “conduzir” e, finalmente, “governar”), imprimir movimento a alguma coisa (que é significado original do termo latino *agere*)”. E, complementando, “Nenhuma outra realização humana precisa tanto do discurso quanto a ação”. Nesse aspecto, governar acontece no âmbito da retórica, preferência dos pensadores renascentistas destacada por Pocock (1975, p. 59-60), o que pressupunha valores ativos e cívicos que iam de encontro à filosofia contemplativa.

Essa compreensão de *vita activa* demonstra o posicionamento de Pocock como um republicano neo-ateniense. Quando ele menciona as objeções ao “humanismo cívico”, está implícita sua divergência em relação a posicionamentos neo-romanos. Enquanto Pocock associa a tradição republicana à ideia de liberdade positiva, isto é, de participação na vida pública, denotando sua filiação à corrente neo-ateniense. Skinner, ao contrário, prefere um conceito de liberdade negativa, em uma perspectiva neo-romana do republicanismo (destacando que este conceito de liberdade negativa é diferente da concepção liberal de liberdade). Silva (2010), tratando sobre o debate historiográfico da obra de Maquiavel, indica que de um lado Hans Baron e John Pocock inserem o pensador florentino na história do humanismo cívico como influenciado pelas ideias aristotélicas de *vita activa*.

Se Baron renovou o interesse no republicanismo ao demonstrar a centralidade do humanismo cívico na cultura do Renascimento, Pocock procura realizar um intento ainda mais ambicioso, reconstruindo a tradição republicana desde sua re-emergência no Renascimento italiano até suas ulteriores manifestações no mundo moderno. Na narrativa de Pocock, após ressurgir com os humanistas cívicos, o republicanismo manifestou-se no século XVII nas elaborações de pensadores comprometidos com a causa da liberdade no processo da revolução inglesa; e esses discípulos anglófonos de Maquiavel – James Harrington à frente – serviram como fonte de inspiração, um século depois e do outro lado do Atlântico, para o amplo movimento de ideias associado à revolução norte-americana (SILVA, 2010, p. 41).

Conforme Silva, Skinner discorda desse modo de contar a história do renascimento do republicanismo em Florença. O historiador de Cambridge advoga que tais ideias receberam mais influências de escritores da Roma antiga do que de Aristóteles e sua concepção de virtude cívica. “O que Skinner sustenta é que o republicanismo romano, embora não alheio à concepção grega de cidadania, deve ser pensado como uma tradição intelectual e política independente” (SILVA, 2010, p. 44). Pettit posiciona-se ao lado de Skinner nesta questão, ao explicar que o republicanismo corresponde a uma tradição de pensamento política antiga, que surge na república romana com Cícero e é retomada no renascimento, na constituição das cidades-estados italianas (PETTIT, 2003, p. 115-135).

⁹ “But in later Florentine thinking there is a great deal in favor of a *vita activa* which is specifically a *vivere civile*-a way of life given over to civic concerns and the (ultimately political) activity of citizenship [...]”.



Segundo Silva (2010, p. 44), a principal distinção entre as correntes da tradição republicana, neo-ateniense e neo-romana, refere-se ao conceito de liberdade. A primeira defende a liberdade positiva, em que a liberdade individual só pode ser alcançada no exercício da cidadania ativa; a segunda alega a liberdade como negativa, em que o indivíduo é livre quando pode fazer suas escolhas sem constrangimento. Mas, Silva alerta que este conceito de liberdade distancia-se do empregado pelos liberais, porque, ao contrário deles, a participação na vida pública é um meio necessário, mas não exclusivo, para se alcançar a liberdade individual.

Em suma, como Pocock defende que o republicanismo tem algo de humanista em si mesmo, decorrente dos ideais da Antiguidade Clássica, a participação ativa do cidadão é um valor intrínseco à liberdade individual. Portanto, a tradição republicana está atrelada ao “humanismo cívico” como categoria de explicação. Ao passo que o instituto da liberdade negativa proveniente do direito romano é corolário da categoria “republicanismo clássico” para a compreensão do quadro complexo presente no renascimento das ideias republicanas em Florença.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse texto foi se aproximar da discussão sobre o “humanismo cívico”, tema suscitado por alguns debates realizados durante a disciplina de Teoria Política Contemporânea. A busca por parte da fundamentação sobre o que se compreende como humanismo, em específico o humanismo cívico, ainda é uma temática que deverá suscitar novas leituras e aprofundamento.

O interesse em reconstruir uma tradição de pensamento sobre o humanismo dá pistas, inclusive, de como essa ideia permeia políticas e práticas contemporâneas, influenciando o debate da academia e também da atuação política. A compreensão do que é o humanismo cívico permite o desencadeamento de conceitos a ele atrelados que foram modificados ou receberam sua influência, tais como liberdade, participação, democracia e cidadania. Uma concepção que, forjada como construto histórico no século XX, lança formas diferentes de leituras ao passado da política, bem como orienta práticas que permanecem no horizonte das instituições e políticas públicas contemporâneas. Um assunto que, portanto, passa a pautar algumas compreensões para a construção de categorias válidas no contexto das pesquisas e reflexões sobre o exercício público e privado da política.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Um “giro lingüístico” na história das idéias políticas. In: POCOOCK, J. G.; **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 9-21.

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

MOULAKIS, A., "Civic Humanism". In: ZALTA, E (Ed). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/humanism-civic/>>. Acesso em 12 fev. 2012.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

PETTIT, P. Liberalismo y republicanismo. In: OVEJERO, F.; MARTÍ, J.; GRAGARELLA, R. **Nuevas ideas republicanas**: autogobierno y libertad. Barcelona: Paidós, 2004, p. 115-135.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

POCOCK, J. G. A. **The Machiavellian Moment**: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. London: Princeton University Press, 1975.

SILVA, R.. Liberdade e lei no neo-republicanismo. **Lua Nova**, v.74, p. 151-194, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n74/07.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

SILVA, R. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 37-57, fev/2010a. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=10713660004>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

SILVA, R. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **DADOS**, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n2/02.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.